

Ensinar a Europa em Portugal: principais desafios



Livro branco, Julho 2021

ENSINAR A EUROPA EM PORTUGAL: PRINCIPAIS DESAFIOS

Livro branco

Relatório submetido por

Casa do Professor

Av. Central 106-110, 4710-229 Braga
PORTUGAL



Julho 2021

No âmbito do Projeto Erasmus+

“MEGA – Make Europe Great Again” - 2020-1-FR01-KA201-080193



Imagem de capa: Fotografia de [Christian Lue](#) em [Unsplash](#)



Cofinanciado pelo
Programa Erasmus+
da União Europeia

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. Esta publicação reflete apenas as opiniões dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito da informação aqui contida.

Índice

1. INTRODUÇÃO	5
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
2.1. Qual a importância de ensinar a União Europeia no seu país? ...	6
2.2. Quem é responsável pelos conteúdos programáticos das escolas? Até que ponto as escolas têm liberdade para definir as suas próprias prioridades de ensino?	6
2.3. Quais disciplinas abordam a educação sobre a União Europeia no seu país?	7
2.5. Quão confiantes estão os professores e alunos relativamente aos conhecimentos que detêm sobre a União Europeia no seu país?	10
3. ENSINAR A EUROPA EM PORTUGAL: SITUAÇÃO ATUAL	13
3.1 Programa Nacional	13
3.2 Implementação do Programa	16
4. IMPLEMENTAÇÃO E PRÁTICAS	16
4.1 Confiança e conhecimentos.....	16
4.2 Importância e implementação	18
4.3 Recursos e exemplos de boas práticas	20
5. INTERESSE E MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS EM PORTUGAL.....	24
6. DESAFIOS E MELHORIAS.....	26
6.1 Desafios e dificuldades	26
6.2 Melhorias e perspetivas futuras	26

7. CONCLUSÃO 27

8. BIBLIOGRAFIA 27

1. INTRODUÇÃO

Este Livro Branco Nacional é um dos resultados produzidos no âmbito do projeto **MEGA - Make Europe Great Again**. O projeto MEGA é um projeto Erasmus+, financiado pela Agência Nacional “Agence Erasmus+ France/Education Formation” através do programa Erasmus+ e inclui parceiros da França, Croácia, Alemanha, Espanha e Portugal. O projeto visa responder aos desafios da educação sobre a União Europeia na Europa, bem como melhorar os materiais de apoio à aprendizagem, os recursos disponíveis e a compreensão sobre a União Europeia no ensino secundário.

Os grupos-alvo são:

- Professores do ensino secundário
- Alunos do ensino secundário, entre os 13 e 17 anos
- Decisores políticos envolvidos no Quadro Nacional de Educação na Europa

Os resultados esperados do projeto incluem:

- Investigação: Livros Brancos Nacionais sobre os desafios de ensinar a União Europeia;
- Plataforma: Biblioteca de Materiais com recursos de aprendizagem úteis e práticos;
- Materiais e módulos e-learning para reforçar o conhecimento dos professores sobre a Europa e para melhorar a abordagem de ensino relativo à União Europeia;
- Seleção e adaptação de materiais de formação dirigidos ao ensino secundário, para melhorar a eficácia dos recursos de ensino e aprendizagem;
- Documento de orientação para apresentar as conclusões, resultados e impacto dos projetos aos decisores políticos e informá-los sobre os possíveis desafios, obstáculos e mudanças necessárias no âmbito da educação sobre a União Europeia.

Estes Livros Brancos Nacionais contextualizam a educação sobre a União Europeia na França, Alemanha, Portugal, Croácia e Espanha, e incluem um Livro Branco a nível europeu que permite uma referência cruzada entre os respectivos países. Todos os Livro brancos estão disponíveis no site do projeto. O seguinte Livro Branco Nacional centra-se na educação sobre a União Europeia em Portugal.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

Entre dezembro de 2020 e junho de 2021, os parceiros do projeto MEGA realizaram inquéritos e *Focus Groups* com diretores, professores e alunos. No total, os parceiros recolheram 1283 questionários dirigidos a alunos, 675 questionários para professores, 80 questionários junto dos diretores, assim como vários *Focus Groups* com professores em todos os países parceiros deste projeto.

Os participantes lecionam em escolas secundárias públicas e privadas, escolas secundárias regulares sem especialização, bem como escolas profissionais e centros de formação.

2.1. Qual a importância de ensinar a União Europeia no seu país?

Para que o tema da “União Europeia” seja contemplado no programa de um país, o mesmo deve ser visto como um fator importante para o país e os seus habitantes, como uma influência significativa na vida, nas decisões e escolhas da sua população. Como referiu um dos participantes do inquérito, o motivo do seu interesse pela União Europeia é tão simples como “porque vivo na Europa”. Mas que importância tem realmente a educação sobre a União Europeia nos países parceiros? É considerada como uma parte importante da educação devido à influência da UE na sua população e vida quotidiana?

Embora os diretores entrevistados em Espanha, Alemanha e Portugal concordem que a educação sobre a União Europeia é importante para o seu país, apenas 57% dos diretores em França a consideram moderadamente importante. Ao mesmo tempo, cerca de 89% dos administradores escolares na Croácia consideraram a educação sobre a União Europeia entre moderadamente e totalmente importante. Estes não devem ser vistos como números representativos da situação educativa em todos os países, mas demonstra uma ideia geral das tendências nas escolas entrevistadas durante este projeto.

2.2. Quem é responsável pelos conteúdos programáticos das escolas? Até que ponto as escolas têm liberdade para definir as suas próprias prioridades de ensino?

Embora seja importante a forma como os diretores e administradores escolares pensam relativamente à educação sobre a União Europeia, visto que podem dar ênfase às atividades extracurriculares, projetos escolares e iniciativas semelhantes nas suas instituições, nem sempre a decisão de incluir o tema no programa vem deles. Por vezes, o programa é definido por um quadro nacional e, dependendo desse quadro, a escola pode ou não decidir sobre as disciplinas, tópicos e conteúdos a ensinar.

Todos os países parceiros têm uma estrutura geral definida pelo governo nacional, pelo estado federal ou por uma autoridade regional. O programa para as escolas Francesas é definido pelo Ministério da Educação Nacional, com 80% dos diretores a afirmar que não têm grande poder de decisão quanto às matérias a serem ensinadas. Têm sim alguma margem de manobra para definir as atividades específicas dos projetos escolares, especialmente no setor privado.

Em Portugal, o programa nacional é também definido pelo Ministério da Educação, no entanto, existe uma diferença entre a escola pública, com reduzida liberdade curricular, e a escola privada, que pode adaptar o seu programa até um determinado grau. A este respeito, apresentam diferenças semelhantes entre os setores público e privado tais como na França.

Mais de 65% dos diretores na Croácia também afirmam que o programa geral é principalmente decidido pela estrutura nacional, enquanto a maioria dos diretores concorda que tem alguma liberdade na elaboração detalhada do seu programa.

Contrariamente ao que acontece nos outros países, os quadros educativos espanhol e alemão são definidos pelas autoridades regionais. Na Alemanha, o programa de ensino é elaborado pelo estado federal e, dependendo do tipo de escola, existe alguma liberdade para definir as suas próprias prioridades. Todos os diretores na Alemanha concordaram que podem adaptar a estrutura num programa detalhado de acordo com as suas próprias prioridades.

Em Espanha, o programa de ensino é definido pela comunidade autónoma e não pelo governo nacional, com alguma liberdade na adaptação do programa, desde que o mesmo cumpra as prioridades pré-estabelecidas da comunidade.

2.3. Quais disciplinas abordam a educação sobre a União Europeia no seu país?

O inquérito revelou resultados diferentes quanto às disciplinas que deveriam incluir a educação sobre a Europa segundo diretores e professores.

Diretores:

Disciplina	Croácia	França	Alemanha	Portugal	Espanha
História	63%	26%	67%	60%	//
Geografia	84%	26%	67%	80%	67%

Educação Cívica	42%	26%	33%	60%	//
Línguas Estrangeiras	52%	22%	//	20%	100%
Política	86%	//	100%	//	//
Economia	86%	//	//	20%	//

Todos as percentagens foram arredondadas às décimas . // significa 0%

Professores:

Disciplina	Croácia	França	Alemanha	Portugal	Espanha
História	18%	23%	44%	82%	85%
Geografia	24%	14%	15%	82%	85%
Educação Cívica	2%	30%	3%	84%	38%
Línguas Estrangeiras	5-8%*	21%	17%	48%	60%
Política	24%	//	86%	48%	58%
Economia	24%	6%	25%	53%	5%
Ciências Sociais	3% ("Sociologia")	6%	53%	52%	53%

Todos as percentagens foram arredondadas às décimas . // significa 0%

* também incluídas as respostas "línguas estrangeiras", "língua inglesa" e "língua alemã".

Embora os diretores e professores de todos os países concordem que a geografia deve incluir a educação sobre a UE até um certo ponto, nem todos os países estão de acordo quanto às outras disciplinas, verificando-se uma grande diferença entre as respostas dos professores e dos diretores.

Se observamos os resultados, outros aspetos devem também ser considerados: nem todas as disciplinas abrangem a educação sobre a Europa na mesma proporção e algumas dessas aulas abordam o tópico porque é uma parte obrigatória do programa, enquanto alguns professores o abordam por opção. Cerca de 53% dos professores na Croácia não tinham certeza o tema da EU faz parte do programa obrigatório ao invés da Alemanha, onde é obrigatório abordar o tema.

2.4. Obstáculos e desafios identificados por professores e diretores

Foram apontadas cerca de onze razões diferentes para o facto de professores e diretores não incluírem a educação sobre a Europa nas aulas:

- Falta de tempo: tempo de preparação insuficiente, bem como tempo insuficiente em aula para analisar os tópicos. Se não foi definido como obrigatório no programa, muitos professores consideram que o programa já tem muito conteúdo, pelo que resta pouco tempo para tratar o tema da União Europeia;
- Falta de financiamento e apoio financeiro necessários;
- Falta de formação para os professores poderem incluir a educação sobre a Europa;
- Falta de motivação ou interesse: os diretores identificam particularmente a falta de interesse dos alunos e professores como uma razão para não incluir o tópico nas suas aulas;
- Não é uma prioridade do programa: alguns professores afirmaram que nem sempre abordam o tema da União Europeia por não ser uma prioridade no quadro educativo ou no programa e revelam que o fariam se o tema fosse mais destacado no programa;
- Vários professores e diretores indicaram a adaptabilidade dos recursos e materiais como um problema para o ensino. Muitos recursos não são adaptáveis ao seu ambiente escolar ou à sua disciplina;
- Falta de recursos (recursos técnicos, materiais, pessoal, etc.)
- Apoio insuficiente por parte da instituição onde lecionam: alguns professores mencionaram a ausência de apoio por parte da escola, dos seus colegas, dos diretores e de outros intervenientes como motivo para não poderem incluir a educação sobre a Europa nas suas aulas;
- Excesso de conteúdos: os professores da Alemanha e Espanha comentaram que o assunto é tão vasto e detalhado que é difícil selecionar os aspetos importantes a ensinar;
- Sem ligação com a disciplina: alguns participantes afirmaram que não existe ligação entre a sua disciplina e a educação sobre a Europa, enquanto alguns professores e diretores notaram que se dá prioridade a outros temas.
- Falta de familiaridade com projetos e programas europeus: muitos professores não estão muito familiarizados com os programas/iniciativas existentes quer a nível europeu quer a nível nacional para integrar a educação sobre a União Europeia nas escolas, sendo o mais conhecido o programa Erasmus +, enquanto que programas transnacionais tais como o eTwinning ou projetos nacionais são menos conhecidos dos professores.

2.5. Quão confiantes estão os professores e alunos relativamente aos conhecimentos que detêm sobre a União Europeia no seu país?

O inquérito explorou o nível de confiança dos professores e dos alunos quanto aos seus conhecimentos sobre a União Europeia.

Professores:

Nível de confiança em...	Croácia	França	Alemanha	Portugal	Espanha
Conhecimento geral da UE, instituições e estrutura económica e influência	46%	58%	78%	69%	33%
Impacto social e cívico da UE e processos	46%	47%	67%	74%	33%
História e desenvolvimento da EU	57%	57%	76%	71%	33%
Culturas e património cultural da EU	59%	52%	62%	70%	28%

Todos as percentagens foram arredondadas às décimas . Consideraram-se as respostas “Concordo totalmente” e “Concordo” enquanto confiança positiva.

Note-se que a maioria dos participantes questionados em França eram professores de história e geografia, fazendo com que a história fizesse parte dos seus conhecimentos exigidos. Embora a maioria dos professores na Alemanha se sintam confiantes quanto aos seus conhecimentos sobre a UE, 79% afirmaram que quer eles quer os colegas beneficiariam de uma formação complementar.

Alunos:

Os resultados destacados a azul indicam a percentagem de alunos que se sentem confiantes numa determinada área, enquanto o vermelho indica a percentagem de insegurança em relação ao tópico.

Nível de confiança em	Croácia	França	Alemanha	Portugal	Espanha
Conhecimento geral sobre a UE	55%	47%	58%	60%	62%
Enumerar todos os estados membros da UE	50%	64%	38%	39%	56%
Objetivos do Parlamento Europeu	56%	60%	62%	45%	72%
Objetivos da Comissão Europeia	71%	67%	36%	46%	73%
Conhecimento de todas as instituições da EU	74%	68%	30%	39%	76%
Origem e desenvolvimento da UE	52%	53%	49%	71%	54%
Impacto da UE no seu próprio país	69%	45%	66%	68%	55%
Diferentes culturas e preconceito cultural	61%	41%	???	62%	51%

Todos as percentagens foram arredondadas às décimas. Consideraram-se as respostas “Concordo totalmente” e “Concordo” enquanto confiança positiva. Consideraram-se as respostas “Discordo” e “Discordo totalmente” enquanto confiança negativa.

Em todos os países, a maioria dos alunos afirmou que gostaria de aprender mais sobre a União Europeia e estaria interessada em obter mais informações.

Os diretores, professores e alunos identificaram vários desafios na melhoria da educação sobre a Europa, ao mesmo tempo que manifestam o seu interesse em incluí-la mais no processo de ensino e aprendizagem. Os *Focus Groups* mostraram que muitos professores destacam a necessidade de ter materiais claros e estruturados,

que possam ser facilmente implementados e adaptados às suas aulas, visto muitos terem respondido que é necessário ter tempo para preparar todos os materiais. Os resultados da investigação demonstram que, de forma geral, existe bastante interesse, tanto por parte dos alunos como dos professores.

3. ENSINAR A EUROPA EM PORTUGAL: SITUAÇÃO ATUAL

3.1 Programa Nacional

O Conselho de Ministros aprovou na generalidade, a 5 de abril de 2018, o Decreto-Lei que define os princípios de organização do programa dos ensinos básico e secundário.

O programa do XXI Governo Constitucional, no seu capítulo IV, «Prioridade às pessoas», em particular no que respeita ao combate ao insucesso escolar, ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória, veio estabelecer um conjunto de orientações, assumindo como prioridade a concretização de uma política educativa que garanta a igualdade de acesso à escola pública, promovendo o sucesso educativo e, por essa via, a igualdade de oportunidades.

Estas orientações e esta prioridade assentam no compromisso continuado com a Lei de Bases do Sistema Educativo, que inscreve como princípio fundamental a organização de um sistema educativo que assegure aprendizagens de qualidade para todos os alunos. Os dados disponíveis mostram que esse objetivo não está ainda plenamente atingido, na medida em que nem todos os alunos veem garantido o direito à aprendizagem e ao sucesso escolar.

A promoção de uma escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação que permita a sua plena integração social, constitui uma aposta deste Governo.

A concretização destes compromissos passa pela assunção clara do mérito da escola portuguesa, reconhecido interna e externamente, sobretudo na aposta de uma crescente escolarização para mais crianças e jovens, por mais tempo e com mais qualidade. Os resultados da escola democrática são animadores, mas subsistem três problemas principais: a ainda elevada taxa de abandono escolar precoce, de 12,6% (INE, 2018), a persistente taxa de retenção, em particular nos anos iniciais de ciclo, e uma preocupante taxa de insucesso no ensino secundário, com 35% dos alunos a não concluírem este nível de ensino num período cinco anos (OCDE, 2017). Acresce que aqueles problemas afetam particularmente os alunos de baixa condição socioeconómica e cujas mães têm níveis baixos de qualificações, o que lhes confere uma dimensão de justiça social.

Sabendo-se que há escolas que têm conseguido contrariar os principais preditores de insucesso, adotando soluções adequadas aos contextos e necessidades específicas dos alunos, é fundamental que todas tenham liberdade para poderem desenvolver o currículo localmente, com autonomia plena para a organização de tempos, de espaços e de formas de ensinar mais eficazes, potenciando melhores aprendizagens para todos. A autonomia e a flexibilidade permitirão soluções de inovação pedagógica, necessárias enquanto instrumentos para o desenvolvimento de aprendizagens de qualidade e que sejam respostas efetivas às necessidades de todos os alunos.

Assumindo a centralidade dos alunos no processo educativo, o papel decisivo e indispensável das escolas e dos professores, o Ministério da Educação tem vindo a adotar um conjunto de ações que, na sua interseção, convergem para o fim último de promoção da melhoria da qualidade das aprendizagens dos cidadãos do século XXI.

Esta intervenção consubstancia o enquadramento do Decreto-Lei que define o currículo dos ensinos básico e secundário.

O Referencial para a Dimensão Europeia da Educação, à semelhança de outros elaborados pela DGE, visa tornar-se uma ferramenta educativa flexível que possa ser utilizada e adaptada em função das opções a definir em cada contexto, enquadrando as práticas a desenvolver desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. A abordagem transversal preconizada neste Referencial, dentro da temática da Educação para a Cidadania, almeja ser uma mais-valia no desenvolvimento de projetos e iniciativas que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, ajudando à compreensão da realidade da globalização. Este documento visa, assim, constituir-se como referência para a abordagem e o desenvolvimento da cidadania europeia em meio escolar.

Este Referencial pretende ainda explicitar o quadro conceptual e sugere formas de trabalhar a Dimensão Europeia, nas várias vertentes, em contexto educativo. O documento inclui ainda conceitos-chave sobre a União Europeia e uma lista de referências bibliográficas. A Dimensão Europeia da Educação possibilita às crianças e aos jovens não só a aprendizagem de um conjunto de conteúdos associados às temáticas da construção e da identidade europeia, no contexto de uma formação para a cidadania global, como o desenvolvimento de atitudes e valores que levarão à tomada de consciência da riqueza e da diversidade cultural da Europa. A vivência de diversos quotidianos em países europeus, reconhecendo também as identidades locais e regionais, e as relações de amizade que os intercâmbios e projetos europeus, contribui decisivamente para o conhecimento e para a valorização das múltiplas identidades, das instituições e dos modos de vida dos cidadãos europeus, ao mesmo tempo que reforçam o sentido de pertença e identidade, ao nível regional, nacional, europeu e universal.

Atualmente, a Dimensão Europeia da Educação é uma componente curricular denominada Educação para a Cidadania e Desenvolvimento (CD) que integra as matrizes de todos os anos de escolaridade, educação primária e educação secundária. No 1.º ciclo do ensino básico, a Cidadania e Desenvolvimento têm uma natureza transdisciplinar, nos 2º e 3º ciclos do ensino básico o CD corresponde a uma disciplina semestral, anual ou de outra natureza.

Em relação aos cursos de educação e formação para jovens de nível primário e secundário, a componente de formação Cidadania e Desenvolvimento é implementada através da contribuição de todas as disciplinas contidas nos programas básicos (ver Artigo 10 do Anexo ao Despacho nº 5908/2017 de 5 de julho).

A Educação para a Cidadania e Desenvolvimento envolve diferentes dimensões da educação, contempladas no documento “Orientações para a Educação para a Cidadania” divulgado pela Direcção-Geral da Educação (DGE) em dezembro de 2012, na sequência da publicação do Decreto-Lei 139/2012 de 5 de julho, que inclui os princípios orientadores para a organização e gestão de programas para o ensino básico e secundário.

A Dimensão Europeia da Educação, incluída no programa, visa contribuir para o aumento do conhecimento e envolvimento dos alunos no projeto europeu, incentiva a sua participação e promove uma identificação com os valores europeus. Assim, procura disseminar um melhor conhecimento da Europa e da União Europeia, nomeadamente as suas instituições, o seu património cultural e natural assim como os desafios que se colocam à Europa contemporânea.

Assim, dada a transversalidade destes temas, a inserção da Dimensão Europeia da educação, no programa, concretiza-se em diversas áreas disciplinares e disciplinas, na atividades e projetos que as escolas promovem, na área da Educação para a Cidadania, desde o ensino pré-escolar ao secundário.

O programa português apoia, portanto, a Educação para a Cidadania Europeia, reconhecendo que a Europa precisa de sociedades mais inclusivas e coesas através de uma cidadania ativa e democrática. A educação e o trabalho com os jovens são elementos-chave na promoção de valores, promovendo a integração social, melhorando a compreensão intercultural e um sentido de pertença a uma comunidade.

Portugal assumiu um conjunto de compromissos que encontram visibilidade em documentos-chave que proporcionam um quadro relevante para uma compreensão das perspetivas contemporâneas das diferentes Dimensões europeias.

3.2 Implementação do Programa

Embora os programas escolares nos níveis iniciais não abordem especificamente questões europeias, estes são tratados em todos os níveis. A dimensão europeia, introduzida a partir do 3º Ciclo do Ensino Básico, destaca-se no Ensino Secundário em disciplinas como História (Direito Comunitário, Comunidade Europeia, Integração, Órgãos Comunitários), Ciência Política (Problemas políticos do Mundo Contemporâneo), Geografia, Línguas Estrangeiras (cidadania e multiculturalismo, democracia na era global), Direito (Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Direito Comunitário, Comunidade Europeia, Integração, Órgãos Comunitários) e Economia (abordagens sobre problemas atuais portugueses, europeus e mundiais).

Como já foi referido, a Educação para a Cidadania e Desenvolvimento é uma área transversal do programa escolar que envolve diferentes dimensões da educação com base no Referencial da Dimensão Europeia da Educação da Direcção-Geral da Educação. No ensino básico e secundário, os temas, subtemas e objetivos são apresentados nos diferentes níveis da Educação. Numa análise mais aprofundada, verifica-se que, no ensino secundário são explorados os seguintes temas:

- i) Portugal, a Europa e o Mundo,
- ii) O processo de construção da unidade europeia
- iii) Desafios europeus atuais.

São ainda abordados os tópicos da Diversidade e Unidade europeia, que permitirão identificar as raízes e heranças da Cultura e Identidade europeias e a construção da cidadania europeia, e ainda a importância de participação cívica e democrática na construção da Europa.

4. IMPLEMENTAÇÃO E PRÁTICAS

4.1 Confiança e conhecimentos

No âmbito dos questionários efetuados a 102 professores, destaca-se que sessenta e nove por cento dos inquiridos mencionaram que estão confiantes nos seus conhecimentos sobre a União Europeia, as suas instituições e estrutura económica. Quanto ao nível dos conhecimentos detidos em termos de impacto social e cívico da União Europeia, foram setenta e quatro os professores que responderam positivamente.

Uma grande parte dos professores mencionou que conhece a história e desenvolvimento da União Europeia e afirma ter conhecimento quanto às diferentes culturas e do património cultural.

De forma geral, os professores afirmam que é impossível saber tudo sobre a UE uma vez que se assiste a evoluções constantes e rápidas em torno deste tema. Reconhecem que se preparam para apresentar e ensinar o tópico, mas estão conscientes que não sabem tudo. Todos concordam que precisam de saber mais sobre a UE, mas “o tempo é curto e os horários estão muito carregados” e têm outras responsabilidades e prioridades. Não são especializados no tema, portanto, preparam as aulas consultando os sites disponíveis para obter informações atualizadas.

Todos os professores responderam positivamente na pergunta „considera que os professores, ao adquirirem formação sobre temáticas relacionadas com a UE, estarão mais bem preparados para integrar o tema nas suas aulas”.

Tal como referiu o Dr. Eugénio Oliveira, fundador e Presidente da Direção Nacional da Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática, existem várias formas de acesso à informação, de forma a promover o conhecimento sobre a Europa, que proporcionam a professores e alunos oportunidades de conhecer novas realidades e partilhar boas práticas. Porém, ainda segundo ele, nem sempre é fácil para as escolas conhecer e ter acesso a esses mesmos recursos, e esse conhecimento é acessível a apenas algumas pessoas por diversos motivos.

Por sua vez, a Dra. Teresa Lacerda, Coordenadora do Serviço Nacional de apoio e Twinning menciona que é importante garantir que os futuros professores tenham conhecimentos sobre a Europa, independentemente da disciplina que ministrem. Deu o exemplo dos professores de Biologia ou Ciências Naturais, que no futuro não poderão deixar de falar sobre a importância de fazer parte da Comunidade Europeia, já que o acesso à vacina para prevenir o COVID-19 é garantido pelo fato de sermos um Estado membro.

Dos 102 professores inquiridos, noventa e oito responderam que tinham uma perceção positiva sobre a União Europeia, uma vez que “A união e partilha é sempre preferível ao isolamento” e “Permite a defesa e promoção de valores como a igualdade, a solidariedade e o humanismo, de um modo mais eficaz do que o que seria feito por cada um”.

Consideram ainda que a União Europeia é importante para as gerações futuras, o que não deixa de ser positivo em termos de motivação no ensino da Europa, mas acrescentam que a aprendizagem da língua inglesa permitirá um maior conhecimento da mesma.

Na pergunta relativa ao nível de conhecimento que detêm em termos de projetos que promovem a Educação sobre a UE, todos mencionaram o programa Erasmus+, tendo alguns já participado num projeto deste programa. Foram ainda mencionados o Parlamento de Jovens, eTwinning, SeguraNet, Clubes Europeus, Scientix.

4.2 Importância e implementação

Tal como referido pelo Dr. Eugénio Oliveira, a educação europeia está sempre presente nas escolas, quer ao nível do programa de cada disciplina, quer tratada de forma transversal, através do programa “oculto.” Alunos e professores, bem como a própria comunidade educativa, têm participado em vários projetos relativos à Educação sobre a UE, pelo que estão de facto informados.

A disciplina de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento, permite que sejam trabalhados temas como a responsabilidade social, a inclusão e até os estereótipos. Por isso, a imagem é positiva, uma vez que se transmite o valor acrescentado pelo facto de Portugal pertencer a esta unidade orgânica.

No ensino secundário, tal como referiu o Dr Eugénio Oliveira, a dimensão europeia da educação é ainda explorada, por exemplo, sob a forma de palestras com especialistas convidados.

Acrescentou ainda que os próprios professores, sempre que surge a oportunidade, no âmbito do seu programa curricular, abordam o tema. Por outro lado, os alunos do ensino secundário demonstram interesse em participar em determinados projetos, nomeadamente o projeto do Parlamento de Jovens, visto que lhes dá a oportunidade de visitar a Assembleia da República e até o Conselho da Europa. Resumindo, os jovens do ensino secundário têm acesso efetivo a oportunidades que lhes permitem adquirir novas habilidades e conhecimentos.

Contudo, considera que deve existir um esforço maior para tornar esses assuntos mais aprofundados e acessíveis a todos. No programa de filosofia, por exemplo, os temas relativos à UE poderiam ser tratados de forma mais aprofundada, tais como questões ambientais, empreendedorismo, direitos humanos, etc. Afirma ainda que muitos alunos das áreas da ciência, tecnologia e artes poderão, com toda a probabilidade, no futuro desenvolver a sua atividade profissional fora do seu próprio país, num contexto europeu, devendo, portanto, estar mais bem preparados para o exercício da cidadania.

De acordo com as respostas dadas nos questionários, alguns professores incorporam o tema UE numa vertente formal (porque está incluído no programa da sua disciplina). Os professores de Geografia, História, Área de Integração, Economia afirmam que a sua disciplina abrange alguns módulos relativos à Europa, tais como Integração no Contexto Europeu, Economia Europeia, Cidadania Europeia, Direitos Humanos, Igualdade de Género, Interculturalidade, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Saúde, Instituições e participação democrática, e educação do consumidor.

Os professores de inglês afirmam que o segundo módulo (cursos profissionais) é intitulado Um Mundo de Muitas Línguas, o que implica abordar o tema da Europa.

Os professores de Português integram habitualmente o tema da Europa contextualizando algumas obras portuguesas não literárias (crónicas, artigos de opinião, relatórios) onde é abordada a cidadania europeia ao analisar acontecimentos da atualidade, nomeadamente relacionados com a cidadania europeia.

Alguns professores mencionaram que incorporam o tema de forma não formal. Com efeito, neste caso, a UE é abordada no contexto de Projetos Internacionais (Erasmus +) desenvolvidos na escola onde lecionam. Os professores usam sua experiência enquanto participantes em mobilidades internacionais para incutir o gosto pela descoberta de outras culturas e realidades.

Normalmente, os tópicos abordados são países e capitais europeus, a data de entrada dos países na União Europeia e alguns aspetos culturais e tradicionais, por vezes mal compreendidos ou confundidos pelos alunos como estereótipos.

Transversalmente, a Europa também é “apresentada” aos alunos sempre que as escolas organizam eventos específicos como o Dia da Europa (9 de maio), em que se espera que os professores deem alguma contribuição e trabalhem o tema com os alunos durante as aulas (exposições, apresentações, etc.) ou Parlamento De Jovens para o debate político, encontros interculturais, educação cívica europeia e o intercâmbio de ideias para os jovens na Europa. Mais uma vez, os professores observam que os alunos dos cursos profissionais não demonstram o mesmo interesse por essas iniciativas que os alunos do ensino regular.

Vários professores mencionaram obviamente vídeos e apresentações em PowerPoint para contextualizar o tema de uma forma não teórica, mas a consolidação do conhecimento deve, sem dúvida, ser feita por meio de atividades interativas.

Desta forma, a nova ferramenta “moderna” é Kahoot (que é usada por professores em muitas disciplinas). Os professores concordaram que o Kahoot tem muitos exercícios interessantes sobre a UE e é uma ferramenta realmente útil porque os alunos trabalham, divertem-se, aprendem, podem trabalhar em equipa e competir de forma positiva. Esta ferramenta “traz os alunos desmotivados de volta ao contexto da sala de aula”.

É, portanto, importante destacar que nem todas as escolas autorizam o uso do telemóvel durante as aulas. No entanto, todas as estratégias de “motivação” são bem-vindas pelos diretores das escolas e, por isso, estas atividades são permitidas embora de forma organizada e planeada.

Quanto aos demais professores, indicaram que o uso do telemóvel é totalmente proibido em sala de aula, mas algumas atividades foram autorizadas desde que comunicadas, explicadas e justificadas com antecedência.

Quando questionados sobre outras metodologias de ensino, os professores mencionaram que é muito difícil encontrar atividades melhores do que o Kahoot, pois reúne tudo o que é necessário para incentivar a participação dos alunos. Claro, os jogos interativos também são interessantes, mas como eles mencionaram “eles nunca serão tão fascinantes quanto o Kahoot”.

É importante referir que os professores não vêm simplesmente para a aula e lançam uma atividade de Kahoot, pois precisam de selecionar previamente os “jogos” de acordo com as questões, a faixa etária e o nível dos alunos. Também destacaram que devem verificar as respostas antes de apresentar a atividade aos alunos, pois pode conter erros. Como indicaram, no final de um exercício Kahoot, os alunos querem automaticamente fazer outro, o que implica que os professores precisam de ter mais de um exercício pronto e verificado.

Este tipo de atividades parece ser uma solução pronta para muitos problemas enfrentados pelos professores: falta de motivação (tanto de professores como dos alunos), informações desatualizadas (livros e revistas), atividades reunidas num único lugar (ao invés de perder muito tempo à procura de informações na Internet), falta de recursos físicos (não é necessário reservar uma aula de informática, pois todas as atividades podem ser feitas nos telemóveis dos alunos numa sala de aula “normal”, e por último mas obviamente não menos importante, são atividades ecológicas (já que não há necessidade de imprimir folhas).

Além disso, todas as atividades contribuem para a digitalização do processo de ensino / aprendizagem.

Quando questionados sobre atividades dinamizadas pelas escolas onde lecionam, os professores referiram a participação em projetos Erasmus+, Exposições de Trabalhos referentes à União Europeia, dinamização de atividades relacionadas com o Dia da Europa, com línguas estrangeiras, com a pesquisa sobre vários países da UE, seus usos e costumes ou ainda Exploração de temas sobre a importância direitos e deveres do cidadão.

4.3 Recursos e exemplos de boas práticas

Paralelamente aos programas, a dimensão europeia está agora presente em inúmeras atividades que complementam os programas que as Escolas promovem, nomeadamente os baseados em intercâmbios apoiado por várias iniciativas tais como

o eTwinning, ELOS - Europe Stretching Borders - e / ou outros programas comunitários, como o atual Programa Erasmus +.

As atividades que as Escolas promovem para complementar o programa são as seguintes:

* Os Clubes Europeus. Têm como objetivos:

- Criar entre os seus membros um verdadeiro espírito europeu de cidadania ativa e transmiti-lo aos outros membros da comunidade em que estão inseridos;

- Promover, através de parcerias, ações dinâmicas que visem divulgar melhor:

- a Europa (aspetos geográficos, históricos, culturais, económicos, etc.);
- as instituições europeias (estrutura, funcionamento, objetivos, etc.);
- os Estados-Membros da União Europeia e do Conselho da Europa (político, social, vida cultural, etc.);
- o património cultural e natural da Europa;
- os problemas da Europa contemporânea;
- os objetivos da integração europeia;
- a declaração universal dos direitos humanos.

- Contribuir para a compreensão do pluralismo europeu, das suas semelhanças e diferenças;

- Contribuir para a compreensão e tolerância mútuas;

- Contribuir para a consciência da interdependência europeia e global e da necessidade de cooperação;

- Contribuir para a criação de um sentido de responsabilidade pela paz, pelos direitos humanos e pela proteção e conservação do meio ambiente e património cultural;

* Eco-Escolas (<https://ecoescolas.abae.pt/>), é um Programa educativo internacional no âmbito da educação ambiental para a Sustentabilidade, promovido em Portugal pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). Desenvolvido em Portugal desde 1996, o Programa Eco-Escolas está atualmente implementado em mais de 1500 escolas e 230 municípios em todo o país, cobrindo todos os níveis de ensino.

Tem como objetivo disseminar uma metodologia de abordagem das questões ambientais inspirada na Agenda 21. Uma escola que ingressa no Eco Escolas tem o compromisso de desenvolver um conjunto de ações e atividades que devem envolver diferentes elementos da comunidade escolar, com foco especial nos alunos, professores, assistentes operacionais, pais e também a comunidade envolvente, nomeadamente o município. As escolas podem ainda participar na rede nacional e internacional com acesso a vários projetos, que apoiam o trabalho das escolas no âmbito da educação para a sustentabilidade.

* Europa na escola (<https://www.aeuropanaescola.eu/>). Este projeto prevê o desenvolvimento de conteúdos específicos para o sistema educativo português. Trata-se de uma iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com a Direção Geral da Educação, o Centro de informação Europeia Jacques Delors e a Agência Nacional Erasmus+, procurando num momento particularmente importante para o projeto europeu, simplificar o acesso a conteúdos pedagógicos de qualidade sobre a UE, dando-lhes visibilidade e utilidade.

* Parlamento De Jovens (<https://jovens.parlamento.pt/>), aprovado pela Resolução nº. 42/2006, de 2 de junho, é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, de escolas públicas, privadas e cooperativas. O Programa culmina com a realização anual de duas Sessões Nacionais na Assembleia da República: uma sessão para alunos do 2º e 3º ciclos do ensino básico e outra sessão para alunos do ensino secundário.

* A Semana Europeia da Juventude (https://europa.eu/youth/week_pt) ocorre a cada dois anos, e tem como objetivo celebrar e promover atividades para os jovens através de eventos organizados em todos os países Erasmus +. A Semana Europeia da Juventude reúne jovens, participantes do projeto, organizações de juventude e decisores políticos em um evento europeu realizado em Bruxelas no Parlamento Europeu.

No campo da educação e formação, grande parte dos projetos envolvendo escolas, professores e alunos obtêm financiamento ao abrigo do programa Erasmus + da responsabilidade da Comissão Europeia, que gere o seu orçamento, define prioridades, metas e critérios. Em Portugal, o Programa é gerido pela Agência Nacional Erasmus + Educação e Formação (responsável por ações descentralizadas no campo da educação, formação, ensino superior e educação de adultos) e a Agência Nacional Erasmus + Juventude e Desporto (responsável por ações descentralizadas no âmbito da juventude e do desporto).

Recursos atualmente usados para promover a educação europeia:

* Materiais Eurocid (<https://eurocid.mne.gov.pt/Aprender/ensino-secundario>) para uso nas aulas sobre temas da União Europeia no ensino secundário e no ensino profissional.

* União Europeia (https://europa.eu/learning-corner/learning_materials_pt?Age_group%5B0%5D=84), contém material útil e informações sobre a UE, como funciona e como começou e aborda as políticas europeias em profundidade.

* European Classroom (<https://www.europeana.eu/pt/europeana-classroom>), para educadores, alunos ou pais interessados numa aprendizagem inovadora.

Outros recursos:

* Jacques Delors European Information Centre: Quiz_Brexit: Sopa de Letras Brexit:

* Historiana - Oferece conteúdo histórico gratuito, atividades de aprendizagem prontas para usar e ferramentas digitais inovadoras feitas por e para professores de história em toda a Europa: <http://historiana.eu>

* Museu Virtual Europeu Dando contribuições de vinte e sete museus europeus:

<http://www.europeanvirtualmuseum.it/>

* Primavera da Europa: Evento anual que encoraja as escolas a reservarem um ou mais dias dos seus calendários para organizarem eventos centrados em torno do debate, interação e reflexão sobre temas europeus :

<http://www.springday2009.net/ww/pt/pub/spring2009/homepage.htm>

* Infoeuropa: biblioteca online, é uma base de dados com referências bibliográficas e documentos em formato eletrónico: <http://infoeuropa.eurocid.pt/>

* Televisão Pública Portuguesa, RTP Ensina Apresenta um conjunto de recursos:

<https://ensina.rtp.pt/temas-artigo/instituicoes-e-democracia/>

* Pordata (<https://www.pordata.pt/Europa>): apresenta dados estatísticos

* Observatório de Recursos Educativos (<https://ore.org.pt/areas-transversais/#europa>)

Foram selecionados e analisados três recursos com formatos diferentes aos quais podem aceder os professores para trabalhar o tema da Europa e da União Europeia:

Tema	Atividade	Objetivos	Tipo de recurso	Duração	Nível de ensino	Link	Data da última verificação	Língua
A Integração na União Europeia	Aula de vídeo para explicar o que é a UE e como os portugueses/Portuguese se enquadram na União Europeia	Compreender a presença/papel/importância da UE na vida dos portugueses/jovens	Vídeo	20-30 minutos	10º ano	https://www.rtp.pt/play/estudoemcasa/p7872/e527644/economia-a-area-de-integracao-10-ano	31/05/2021	PT
A União Europeia e EU	Kit manual com todas as informações relevantes sobre a UE: o que é, como funciona, a sua importância no nosso dia-a-dia, o que está na agenda da União Europeia, com ilustrações, exercícios simples (com correções)	Para saber mais sobre a União Europeia e o que é na prática	Kit de aprendizagem	20-30 minutos	10º ano	https://op.europa.eu/webpub/com/eu-and-me/pt/	31/05/2021	Várias línguas
A União Europeia e EU	Jogo interativo com quatro secções, cada uma com 13 ou 12 perguntas. Tem duas tentativas para responder a cada pergunta. Uma resposta correta à primeira tentativa vale dois pontos e, na segunda, um ponto	uma introdução rápida e útil sobre a União Europeia	Quiz	30-40 minutos	10º ano	https://europa.eu/learning-corner/quiz_pt	31/05/2021	PT

5. INTERESSE E MOTIVAÇÃO DOS ALUNOS EM PORTUGAL

Se analisarmos os questionários dirigidos aos professores, verifica-se que oitenta e dois por cento dos mesmos consideram que os alunos querem aprender mais sobre a União Europeia. Contudo, alguns professores interrogados no Focus Group referiram que apresentam o tópico de forma alargada na tentativa de motivar os alunos. Na verdade, todos mencionaram que os alunos perdem a motivação se o assunto for apresentado em profundidade porque, como disse um dos professores “muita informação mata a motivação”

Muitos mencionaram que, devido à particularidade de alguns alunos (principalmente em cursos profissionais com alunos que não estão motivados para aprender conteúdos teóricos), é muito útil e frutífero chamar o conhecimento e a experiência que os alunos já detêm para iniciar as aulas: “quais os países que visitaram? Quem tem familiares a viver noutro país europeu? O que vos evoca o nome deste país?” Começar a integrar o tema sem esta “pré-contextualização” não vai despertar o interesse dos alunos pelo tema, segundo os professores. A maioria considera que os alunos portugueses desconhecem o seu “lugar” na Europa enquanto cidadãos europeus e que os projetos Erasmus+ têm vindo gradualmente a trazer esta realidade e consciência.

É sem dúvida importante relembrar que Portugal está situado no sudoeste da Europa, o que significa que estamos “longe” do resto da Europa. O único vizinho é um

grande país (Espanha) que temos de atravessar para chegar aos outros países europeus. Aliás, 109 dos alunos inquiridos já viajaram, dos quais 107 para Espanha. Por isso, a Europa é uma realidade “distante” tanto para os alunos portugueses como para alguns professores.

Quando questionados sobre o tipo de atividades gostariam de realizar para aprender mais sobre a União Europeia, “viajar” foi a resposta mencionada por 131 alunos (94% dos alunos). Em segundo lugar, mencionaram a possibilidade de participar num projeto, sendo que 103 alunos mencionam que gostariam de participar em projetos com o intuito de aprender mais. 132 dos alunos conhecem programas europeus como o Erasmus+ mas apenas dois alunos participaram num desses projetos.

Quando inquiridos acerca do grau de satisfação relativa às oportunidades que lhes foram dadas na escola de aprofundar os conhecimentos sobre a União Europeia, obteve-se uma média de dois vírgula setenta e seis, o que indica que há muito por fazer ainda.

129 alunos responderam que gostariam de aprender mais sobre a União Europeia. Quando lhes foi solicitado que avaliassem os conhecimentos que detêm sobre a União Europeia, verifica-se que sessenta por cento dos alunos estão confiantes nos conhecimentos que têm sobre a União Europeia, sabendo o que é e o que faz.

Mais de metade dos inquiridos afirma saber:

- Como foi criada e como se desenvolveu ao longo dos anos (71,4%);
- Como a União Europeia e as suas políticas têm impacto em Portugal (67.8%);
- Quais as diferentes culturas e estereótipos e preconceitos associados (61.4%).

Menos de metade dos inquiridos conhece o propósito e o trabalho da Comissão Europeia (48.4%) ou do Parlamento Europeu (45%). Apenas 39% dos alunos que responderam ao questionário conhece a maioria das instituições e organizações da união Europeia assim como seria capaz de citar todos os Estados Membros.

Relativamente aos tópicos sobre os quais gostariam de ter mais conhecimentos, por ordem de interesse:

- As diferentes línguas europeias (88 respostas);
- Os estereótipos e preconceitos europeus (83 respostas);
- As diferenças culturais e cívicas dos estados membros (80 respostas);
- O impacto da União Europeia em Portugal (77 respostas);
- Os diferentes estados membros da União Europeia (70 respostas).

Verifica-se então o interesse dos alunos para assuntos mais práticas ao invés de conteúdos mais teóricos tais como a origem da União Europeia e o seu desenvolvimento, que implicam vários dados cronológicos.

6. DESAFIOS E MELHORIAS

6.1 Desafios e dificuldades

Atualmente, a UE enfrenta uma série de desafios externos, tais como fluxos migratórios ou ainda o desenvolvimento e agendas climáticas. Também enfrenta uma série de prioridades internas, como o fortalecimento da convergência económica e social entre as economias dos Estados membros, a base do valor acrescentado da União, ou os esforços contínuos para garantir que a UE é vista pelos seus cidadãos como um ativo capaz de ir ao encontro das suas legítimas aspirações e de defender os seus interesses fundamentais.

Perante estes desafios e prioridades, é urgente conceber respostas europeias, ancoradas na solidariedade e no interesse comum que unem os estados da UE numa comunidade de valores que vai além de suas diferenças e fronteiras geográficas.

Os obstáculos enfrentados pelo desenvolvimento da Dimensão Europeia na escola são vários:

- * A diversidade de temas a desenvolver na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento;
- * A falta da componente horária da disciplina no ensino secundário;
- * A necessidade de ser desenvolvido com a contribuição de todas as disciplinas incluídas nas básicas matrizes curriculares (cf. artigo 10.º do anexo ao Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho);
- * Apenas alguns cursos de formação têm acesso a disciplinas como Geografia, Direito, Economia e História e, portanto, nem todos têm acesso ao mesmo conhecimento;
- * Os professores não têm formação nesta área do conhecimento;
- * A falta de apoio, formação específica e recursos para professores.

6.2 Melhorias e perspetivas futuras

Pensando em termos de recursos necessários para enfrentar o novo contexto da Europa e os seus novos desafios, parece urgente que a proteção do futuro inclua um elemento fundamental que é a necessidade modernizar e atualizar a forma de educação e formação na Dimensão Europeia. Os conteúdos encontrados, em geral, referem-se, por um lado, à transmissão unilateral de conhecimentos e abordar temas

sobre a história da União Europeia e da sua Organização e não sobre a interação bidirecional e novos desafios, pelo que é urgente a sua atualização e modernização.

7. CONCLUSÃO

Podemos concluir que estão reunidas todas as condições para que a União Europeia seja ensinada na escola: vontade de saber mais por parte dos professores, vontade de aprender por parte dos alunos, vontade de atribuir uma dimensão europeia às escolas por parte dos dirigentes escolares, apoios e recursos disponíveis para toda a comunidade escolar e não escolar.

Contudo, é necessário motivar quer alunos quer professores para a dinamização destes temas e, por consequente, modernizar o ensino dos mesmos, através de ferramentas, metodologias e experiências novas (mobilidades internacionais) que possam ser adaptadas e implementadas no contexto escolar e/ou em sala de aula.

É necessário estruturar o ensino através de uma organização de todos os recursos e possibilidades existentes para os professores, alunos e pais.

O projeto MEGA aparece então como uma resposta a estas situações, através da organização e disponibilização de recursos e metodologias claras, atraentes e motivadoras para ajudar os professores no processo de integração do tema da União Europeia em sala de aula.

8. BIBLIOGRAFIA

Books/print media:

Abordagem curricular da educação para a cidadania na Europa / Maria Fernanda Gouveia. - In: Europa, educação, cidadania / org. Liliana Rodrigues, Nuno Fraga. - Funchal: Universidade da Madeira. Centro de Investigação em Educação - CIE-UMa, 2018. - ISBN 978-989-54390-0-3. - p. 131-140.

Carmo, H. (2014). A educação para a cidadania no século XXI. Trilhos de Intervenção. Lisboa: Escolar Editora.

Conselho da União Europeia & Comissão Europeia. (2010). Relatório intercalar conjunto de 2010 do Conselho e da Comissão Europeia sobre a aplicação do programa de trabalho Educação e Formação para 2010, Jornal Oficial da União Europeia. Retirado de: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ.v?LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:117:0001:0007:PT:PDF>.

Dewey, J. (2002). *A Escola e a Sociedade. A Criança e o Currículo*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Matos, J. F. (2005). Educar para a cidadania hoje? In C. Carvalho; de S. Florbela; J. Pintassilgo. *A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar* (pp. 37-47). Porto: Porto Editora.

Parlamento Europeu e Conselho (2006). *Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro de 2006 sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (2006/962/CE)*, Jornal Oficial da União Europeia, L 394/10 – L 394/18.

Moreira, A.; Tavares, E.; Abreu, B. Aprender no dia-a-dia a cidadania. In C. Carvalho; de S. Florbela; J. Pintassilgo. *A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar* (pp. 51-57). Porto: Porto Editora.

Parlamento e Conselho Europeu (2006). *Recomendação 2006/962/CE sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida (2006/962/EC)*, Jornal Oficial da União Europeia, L 394/10 -L 394/18.

Pintassilgo. *A Educação para a Cidadania como Dimensão Transversal do Currículo Escolar* (pp. 51-57). Porto: Porto Editora.

Pinto, F. C. (2004). *Cidadania. Sistema Educativo e Cidade Educadora*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.

Rede Eurydice (2012). *A Educação para a Cidadania na Europa*. Lisboa: DGEEC (ISBN 978-972-614-549-3). Retirado de <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>.

Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto – *Reforma dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário*.

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro – *Princípios orientadores da organização, gestão e desenvolvimento do currículo do ensino básico*.

Dec-Lei 139/2012, de 5 de julho – *(estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário)*.

Lei n.º. 46/86, de 14 de Outubro – *Lei de Bases do Sistema Educativo*.

Online media:

Governo da República Portuguesa (2017): Currículo dos ensinos básico e secundário
<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/consulta-publica?i=246>

Ministério da Educação (2016) Dimensão Europeia da Educação | 5 | Referencial
Como instrumento de apoio aos docentes e outros agentes educativos

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Dimensao_Europeia_Educacao/referencial_dimensao_europeia.pdf